



Tribuna JUDICIÁRIA

Informativo oficial - Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios.



CAPA

DF GANHA 33 NOVOS JUÍZES

Pág 21

AMAGIS INFORMA

Programa Justiça e Educação capacita professores para o acolhimento de vítimas de abuso sexual. PÁG. 17

ESPECIAL

Juízes do DF se engajam no voluntariado corporativo por meio da Rede Solidária Anjos do Amanhã. PÁG. 25

ENTREVISTA

Nesta edição, entrevista com o Juiz Paulo Carmona sobre Violência e Direito Urbanístico. PÁG. 29

Expediente

DIRETORIA

Presidente

Desembargador Sebastião Coelho da Silva

1º Vice presidente

Juiz Fábio Francisco Esteves

2º Vice presidente

Juíza Márcia Alves Martins Lobo

Secretária-Geral

Juíza Caroline Santos Lima

Diretora Financeira

Juíza Monize da Silva Freitas Marques

Diretora Social e Cultural

Juíza Renata Alves de Barcelos Crispim da Silva

Diretor de Esportes e Lazer

Juiz Aimar Neres de Matos

Diretora de Comunicação Social

Juíza Theresa Karina de Figueiredo G. Barbosa

Diretor de Apoio ao Aposentado e Pensionista

Desembargador Antoninho Lopes

Conselho Fiscal - Titulares

Juíza Ana Cláudia de Oliveira Costa Barreto

Juiz João Marcos Guimarães Silva

Juiz Luis Carlos de Miranda

Desembargador Mario Machado Vieira Netto

Juiz Carlos Alberto Martins Filho

Conselho Fiscal - Suplentes

Juíza Maria Angélica Ribeiro Bazilli

Desembargadora Nilsoni Freitas Custodio

TRIBUNA JUDICIÁRIA - Edição Nº 123

Direção Geral

Juíza Theresa Karina de Figueiredo G. Barbosa

Produção e Diagramação

Etcetera Comunicação

Jornalistas Responsáveis

Denise Margis e Marina Figueiredo

Jornalista Colaboradora

Flávia Félix

Fotografias

Albert Russel, Charles Damasceno, Gláucio Dettmar e Márcia Foizer

Diagramação

Olaff Behrend/Etcetera Comunicação

Fone: (61) 3103-7873/7548

E-mail: comunicacao@amagis.org.br

www.amagis.org.br

Fórum Des. Milton Sebastião Barbosa

Praça Municipal Lote 01

Bloco B, 10º andar, Ala C

Zona Cívico-Administrativa

70094-900 Brasília-DF Brasil

Editorial

A 123ª edição da Revista Tribuna Judiciária chega, em dezembro, encerrando o ano com ar de dever cumprido para a magistratura local. 2015 foi um ano de renovação e de muito trabalho para a Associação dos Magistrados do Distrito Federal, que por sua vez estimulou a união das categorias representadas em prol de um bem comum: a Democratização do Poder Judiciário. O sonho almejado por meio da campanha nacional “Diretas Já”, lançado em março no DF, foi reforçado entre os magistrados ao longo de todo o ano e, apesar de não ter tido êxito no Pleno do TJDF, caminha com elevada expectativa de vitória no Congresso Nacional. A luta continua!

Em editoria Especial, destaque para o engajamento social de juízes e juízas do Distrito Federal por meio da Rede Solidária Anjos do Amanhã, para a qual a Amagis realizou recentemente uma belíssima campanha solidária natalina, arrecadando presentes destinados a crianças e adolescentes que residem em instituições de acolhimento do DF, atendidos pela Vara da Infância e da Juventude.

A Capa desta edição vai para os 33 novos juízes do DF, aprovados no último concurso, que elevaram para 375 o número de magistrados da Corte.

Em Entrevista, a Tribuna apresenta a trajetória do Juiz Paulo Carmona para a construção de sua obra “Violência x Cidade: o papel do Direito Urbanístico na violência urbana” e como os modelos colombianos podem auxiliar na diminuição da criminalidade no Brasil.

Em 2015, os Juizados Especiais completaram 20 anos - um marco na história do Judiciário brasileiro, visto que romperam com as amarras dos modelos e procedimentos tecnicistas da Justiça tradicional. Logo, o Artigo desta edição destaca o texto “20 anos dos Juizados Especiais”, de autoria Juíza Oriana Piske.

A Tribuna Judiciária de número 123 fecha um ano de grandes desafios, inúmeras conquistas e com perspectivas renovadas de um futuro próspero e cheio de esperanças para os magistrados do DF.

Boas festas! Boa leitura!

13

AMAGIS INFORMA

Eleições diretas

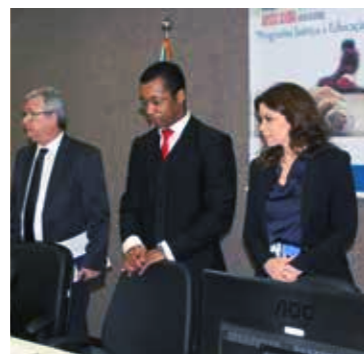
“A luta continua no Congresso e na LOMAN”, diz o Desembargador Sebastião Coelho.



17

AMAGIS INFORMA

Conheça o Programa “Justiça e Educação: compartilhar conhecimento em prol da infância e juventude do DF”.



21

CAPA

Quem são os 33 novos juízes do Distrito Federal? Conheça nesta edição.



25

ESPECIAL

Juízes do DF dão o exemplo e se engajam no voluntariado corporativo por meio da Rede Solidária Anjos do Amanhã.



29

ENTREVISTA

O Juiz Paulo Carmona é o entrevistado desta edição, para falar sobre Direito Urbanístico e sua relação com a violência nas cidades



EVENTOS

Nesta edição: Dia dos Pais, Festa aos Novos Juízes, Dia das Crianças e reinauguração da Sede Social.



34

FOI DESTAQUE

DESEMBARGADOR SEBASTIÃO COELHO DA SILVA CONCEDE ENTREVISTA À TV RECORD

Entrevistado pela TV Record, para uma série de reportagens que abordou casos pontuais de Justiça no Distrito Federal, o Presidente da Associação dos Magistrados do DF (Amagis-DF), Desembargador Sebastião Coelho da Silva, elogiou a atuação dos juízes locais. “A Justiça do DF é uma Justiça ágil. Nossos magistrados são engajados e todos têm o senso e a responsabilidade de saber que estamos na capital da República, onde as pessoas são ávidas por seus direitos”, destacou.

Um dos temas abordados foi a morosidade da Justiça, em que há casos que levam muitos anos sem um desfecho. Segundo o Desembargador, infelizmente a maioria dos processos ainda segue para a decisão final do magistrado, em decorrência da litigância e falta de conciliação, o que impossibilita maior celeridade. Além disso, destacou que no DF foi criado um núcleo que dá andamento a processos antigos, com exclusividade. “Quando há concentração elevada desses processos, as próprias varas realizam mutirões para zerar o estoque”, explicou.



“A Justiça do DF é uma Justiça ágil”

5º ENCONTRO NACIONAL DE MAGISTRADOS DO TRABALHO APOSENTADOS

No dia 15 de setembro, o Presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF), Desembargador Sebastião Coelho da Silva, participou da abertura do 5º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados. Organizado pela Anamatra, com o apoio da Amatra 10 (DF e TO), o evento seguiu até o dia 19, com programação dividida entre as cidades de Brasília (DF) e Pirenópolis (GO).

Na ocasião, o Desembargador Sebastião destacou a relevância dos assuntos tratados. “O foco do evento foi o importante debate sobre a paridade, pois a aposentadoria atualmente leva a uma injusta e inadmissível redução de vencimentos”, pontuou.



JUIZ PAULO AFONSO SIQUEIRA CONDUZ PRIMEIRA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA DO DF



Foi realizada, no 14 de outubro, a primeira audiência de custódia no Distrito Federal, logo após a cerimônia de instalação do projeto do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). O Juiz Paulo Afonso Siqueira conduziu a audiência, ocasião na qual autorizou o preso, acusado de furto, a responder ao processo em liberdade. O ato contou com a presença do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Supremo Tribunal

Federal (STF), Ministro Ricardo Lewandowski, e dos Desembargadores Getúlio de Moraes e Sebastião Coelho, Presidentes do TJDFT e da Amagis-DF, respectivamente.

Para o Presidente do TJDFT, Desembargador Getúlio, a adesão ao projeto é um “momento histórico de um avanço civilizatório”. Para ele, a importância das audiências de custódia reside na sua capacidade de reduzir a chamada “cultura do encarceramento que se difundiu pelo Brasil”.

PRESIDENTE DA AMAGIS-DF RECEBE MOÇÃO DE LOUVOR

No dia 9 de setembro, durante o XI Congresso Nacional para Profissionais de Administração - CONPRA, o Presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF), Desembargador Sebastião Coelho da Silva, foi homenageado com moção de louvor concedida pela Câmara Legislativa, mediante preposição da Presidente da Casa, Deputada Celina Leão.

O evento, idealizado pelo Conselho Regional de Administração do Distrito Federal e pelo Sindicato dos Administradores do DF, ocorreu no Centro de Convenções Ulysses Guimarães e contou com a presença de importantes expoentes nacionais e internacionais da área, deputados e outras autoridades.



MAGISTRADAS FALAM SOBRE DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Inclusão. Este foi o tema debatido, no dia 24 de setembro, no Centro Interescolar de Línguas de Taguatinga (CILT). Na ocasião, as Juízas Monize da Silva Freitas Marques e Caroline Santos Lima realizaram palestra sobre direitos das pessoas com deficiência.

A Juíza Monize, que retornou como palestrante ao centro interescolar onde estudou, destacou que atualmente 46 milhões de pessoas se autodeclararam deficientes e explicou sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que entrará em vigor em 2016. “Segundo as novas interpretações da ONU, incapacidade não tem

nada a ver com deficiência. As pessoas com deficiência possuem seus talentos e suas capacidades e devem ser incluídas no contexto social”, pontuou a magistrada.

“O Poder Judiciário precisa ser provocado para que possa solucionar os conflitos envolvendo pessoas com deficiência. É necessário que as pessoas procurem o Ministério Público ou a Defensoria Pública e narrem os fatos que tenham causado lesão ao Direito”, afirmou a Juíza Caroline Santos Lima, que realizou a primeira audiência em libras do Distrito Federal, para discutir os direitos dos surdos.

EM DEFESA DOS DIREITOS DOS IDOSOS

Em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (CAS), realizada no dia 25 de novembro, para debater as políticas destinadas a assegurar os direitos dos idosos, a Juíza Monize da Silva Freitas Marques, coordenadora da Central Judicial do Idoso do TJDF e diretora financeira da Amagis-DF, observou que os magistrados e outras categorias do sistema judicial têm sido criticados por suposto “ativismo”, quando demandam ao Poder Público medidas de assistência ao idoso que, apesar de estarem na lei, não são cumpridas. “Temos consciência de que uma decisão judicial não tem força material para abrir uma UTI, mas os juízes acabam tendo essa atuação mais ativa porque os demais poderes estão se omitindo”, defendeu a magistrada.

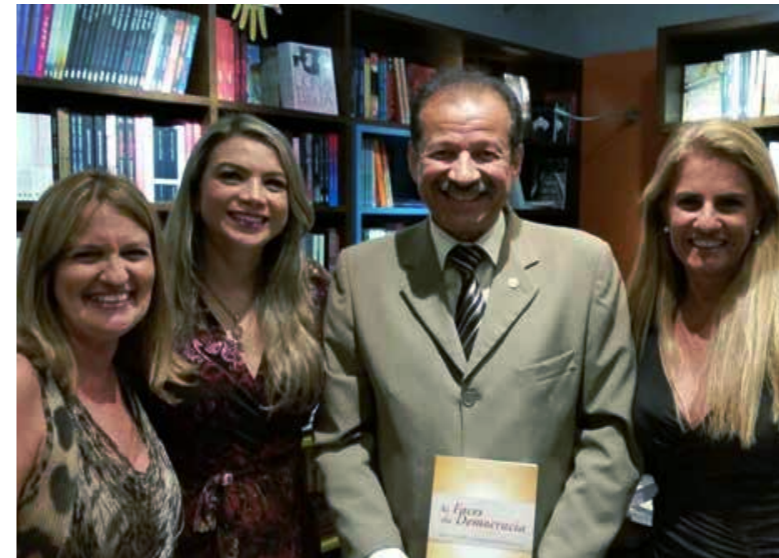
A audiência contou com a presença da defensora pública, Paula Regina Ribeiro; da delegada de Polícia do Piauí, Daniela Barros; da médica geriatra, Karla Cristina

Giacomin; da diretora do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento, Marília Berzins; e diversos senadores e deputados integrantes da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos do Idoso.



LANÇAMENTOS

JUÍZAS LANÇAM OBRA SOBRE DEMOCRACIA



No dia 19 de agosto, as Juízas Geilza Diniz, Carla Patrícia Frade e Marília de Ávila receberam os cumprimentos pelo lançamento do livro “As Faces da Democracia - Análise de Teorias Contemporâneas de Democracia”. O evento, realizado na livraria Le Calmon, contou com a presença do Presidente da Amagis-DF, Desembargador Sebastião Coelho da Silva, além de familiares, amigos e colegas das magistradas.

O livro aborda o tema da democracia sob o viés de juristas, cientistas políticos e filósofos, com importância destacada no Direito e que se dedicaram ao estudo do tema. O objetivo é fornecer ao estudante de Direito, Filosofia ou Ciência Política as ideias centrais de cada um dos autores, para que seja possível fazer uma escolha mais certa sobre o referencial teórico a ser adotado em trabalhos de pesquisa acadêmica.

JUÍZA FERNANDA XAVIER APRESENTA SEU TERCEIRO E-BOOK

União Estável e Casamento

Fernanda Dias Xavier

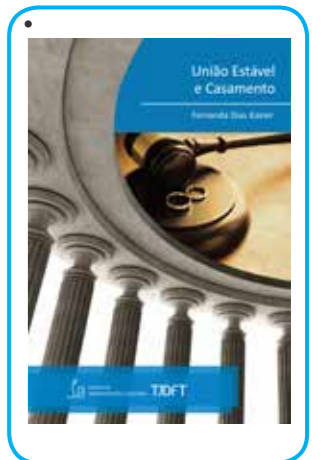
No dia 22 de outubro, a Juíza Fernanda Dias Xavier lançou seu terceiro e-book, intitulado “União Estável e Casamento: a Impossibilidade de Equiparação à Luz dos Princípios da Igualdade e da Liberdade”. O evento ocorreu no Auditório Sepúlveda Pertence e contou com palestra da autora sobre a obra.

O livro é um convite ao diálogo da comunidade jurídica atenta às evoluções sociais e culturais e aos novos modelos de entidade familiar que surgem na sociedade brasileira. Trata-se de obra atualizada e maturada com a prática judicante da magistrada, desde 2002, em varas cí-

veis e de família. O e-book aborda um tema delicado: as aproximações e distinções entre união estável e casamento, a partir da perspectiva de valorização da autonomia individual.

O conselho editorial da obra foi composto pelos magistrados Bruno André Silva Ribeiro, Luis Martius Holanda Bezerra Junior e Ricardo Rocha Leite.

A magistrada é titular do Juizado Especial Cível de Planaltina. É, ainda, docente de Direito Civil da Escola da Magistratura do Distrito Federal - ESMA-DF e da Escola de Administração Judiciária - Instituto Ministro Luiz Cernicchiaro.



JUIZ DANIEL CARNACCHIONI LANÇA LIVRO NA FESMPDFT

No dia 17 de novembro, o Juiz Daniel Carnacchioni lançou o livro “Curso de Direito Civil: contratos em espécie”. O evento foi realizado no auditório da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT). Além da sessão de autógrafos, o magistrado apresentou a palestra “O Pós-Positivismo e a Teoria Contratual”.

PROMOÇÕES & REMOÇÕES

TJDFT TITULARIZA 19 JUÍZES

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal realizou, em julho, a cerimônia de titularização de 19 Juizes de Direito. O evento lotou o auditório Sepúlveda Perence com familiares, colegas e amigos dos empossados nos novos cargos. São eles: a Juíza Ana Carolina Ferreira Ogata (1º Juizado Especial Cível de Ceilândia); a Juíza Clarissa Braga Mendes (Tribunal do Júri e Vara de Delitos de Trânsito de Sobradinho); o Juiz Marco Antonio da Costa (2ª Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de Sobradinho); a Juíza Tatiana Iykie Assao Garcia (2ª Vara Cível de Samambaia); a Juíza Andreia Lemos Goncalves de Oliveira (Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Riacho Fundo); o Juiz Fábio Francisco Es-



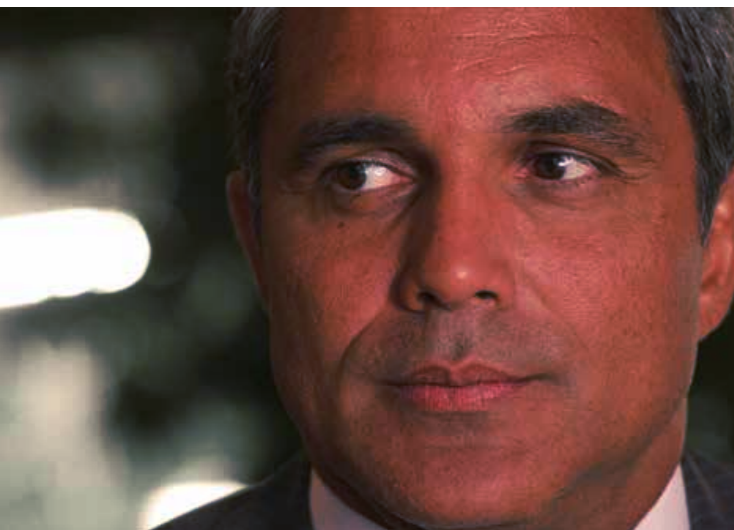
teves (Vara Criminal e Tribunal do Júri do Núcleo Bandeirante); a Juíza Jaqueline Mainel Rocha de Macedo (1ª Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de Planaltina); o Juiz Ricardo Faustini Baglioli (3ª Vara Cível de Ceilândia); a Juíza Joselia Lehner Freitas Fajardo (Vara Cível de Planaltina); o Juiz Lucas Nogueira Israel (1ª Vara Criminal de Samambaia); o Juiz Daniel Mesquita Guerra (4ª Vara Criminal de Ceilândia); o Juiz João Henrique Zullo Castro (1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Brazlândia); o Juiz Márcio da Silva Alexandre (1ª Vara Criminal e 1º Juizado Especial Criminal de Planaltina); a Juíza Joana Cristina Brasil Barbosa Ferreira (1ª Vara Cível de Ceilândia); o Juiz Ruitemberg Nunes Pereira (2ª Vara Cível de Taguatinga); a Juíza Luciana Lopes Rocha (Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Taguatinga); o Juiz Mario Jorge Panno de Mattos (1ª Vara Criminal de Ceilândia); o Juiz Tiago Fontes Moretto (1ª Vara Criminal de Taguatinga); e o Juiz Germano Oliveira Henrique de Holanda (1ª Vara Criminal e Tribunal do Júri de Santa Maria).

NOVO SUBSTITUTO DE 2º GRAU

No dia 24 de julho, o Juiz Héctor Valverde Santana tomou posse no cargo de Juiz de Direito Substituto de 2º Grau do DF. A solenidade aconteceu no gabinete do Presidente do TJDFT, Desembargador Getúlio de Moraes Oliveira.

O Juiz Héctor Valverde é titular da 2ª Vara de Família de Brasília. Autor de livros, é mestre e doutor em Direito do Consumidor pela PUC de São Paulo, professor de Direito da Escola da Magistratura, da graduação e do mestrado do UniCeub e da Escola do Ministério Público.

A remoção foi decidida em sessão do Pleno, pelo critério de antiguidade, em virtude da aposentadoria do magistrado José Guilherme de Souza.



JUIZ CARLOS ALBERTO SILVA TOMA POSSE COMO TITULAR

O Juiz Carlos Alberto Silva é o novo Juiz Titular da Vara Criminal e Tribunal do Júri da Circunscrição Judiciária de São Sebastião. A solenidade de posse foi realizada, no dia 10 de setembro, no TJDFT e conduzida pelo Presidente da Casa, Desembargador Getúlio de Moraes Oliveira. Familiares, amigos e colegas do magistrado estiveram presentes na cerimônia.

A promoção ocorreu em sessão administrativa, realizada no dia 25 de agosto, e obedeceu ao critério de merecimento, conforme a Portaria GPR 1594, de 27/08/2015.



JUÍZA MAGÁLI GOMES ASSUME COMO TITULAR

No dia 11 de novembro, a Juíza Magáli Gomes tomou posse no cargo de Juiz Titular, na Vara de Família, Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante. A magistrada foi promovida pelo critério de antiguidade. Prestigiaram a cerimônia familiares, amigos e magistrados, entre eles, o Desembargador Sebastião Coelho da Silva e as Juízas Márcia Martins Lobo e Renata Crispim - Presidente, Vice-Presidente e Diretora Social e Cultural da Amagis-DF, respectivamente.

A Juíza Magáli Gomes ingressou na magistratura do Distrito Federal em abril de 2008, perante a 14ª Vara Cível de Brasília. Desde então, percorreu diversas varas de competência cível, de família, órfãos e sucessões e da fazenda pública. Graduada pela Universidade Potiguar - Natal/RN, é pós-graduada em Direito Público e, antes de ingressar na carreira, ocupou o cargo de Procurador Federal da Advocacia-Geral da União.



PREPARAÇÃO

CONSTELAÇÕES APLICADAS À CONCILIAÇÃO E À MEDIAÇÃO DE CONFLITOS



Em julho, a Escola da Magistratura (ESMA) recebeu o workshop “Constelações aplicadas à conciliação e à mediação de conflitos”, ministrado pelo Juiz Sami Storch, do Tribunal de Justiça da Bahia. A ocasião reuniu magistrados, servidores públicos, psicólogos, advogados, dentre outros profissionais.

A Constelação Familiar é um método psicoterapêutico recente, com abordagem sistêmica fenomenológica, de fundo filosófico, desenvolvido pelo filósofo e psicoterapeuta alemão Bert Hellinger. O workshop abordou os conflitos familiares por meio do Direito Sistêmico e a

técnica da aplicação das constelações.

O Juiz Sami Storch participou de diversos cursos de formação e treinamentos em Constelações Sistêmicas Familiares e Organizacionais segundo Bert Hellinger e aplica as constelações há três anos, aliado ao Direito, com resultados positivos. “Me sinto motivado com uma missão de divulgar as constelações. É consenso a necessidade de encontrar novos caminhos para ter maior eficácia na melhoria da sociedade”, salienta o juiz, que atua na cidade de Amargosa (BA).

ESMA PROMOVE CONCURSO DE BOLSAS

A fim de diminuir a lacuna social existente, oportunizando condições iguais a todos, entre estudantes e graduados em Direito, a Escola da Magistratura do Distrito Federal (ESMA) realizou um concurso inédito na história da instituição, que concedeu seis bolsas integrais de especialização. As oportunidades foram para vagas nos cursos de Direito Público, Direito Civil e Direito Penal/Empresarial.

O processo seletivo consistiu em análise da situação socioeconômica do candidato e prova de conhecimentos jurídicos, aplicada em agosto.

“Ao oferecer as bolsas de estudos para os cursos de especialização em Direito, a Associação dos Magistrados do Distrito Federal e a Escola da Magistratura possibilitaram àqueles que não têm condições financeiras enriquecer a formação acadêmica e se preparar para o concurso da magistratura. Trata-se de uma ação afirmativa para a realização da igualdade de acesso para que projetos de vida sejam realizados, levando a Amagis-DF e a ESMA a cumprirem os seus papéis institucionais de responsabilidade social”, destacou o Juiz Fábio Francisco Esteves, Vice-Presidente da Amagis-DF e professor da Escola.

EM AÇÃO

ELEIÇÕES DIRETAS: A LUTA CONTINUA



“Uma semente foi plantada em favor da democratização do Poder Judiciário”. Assim se manifestou o Desembargador Roberval Belinati, acerca da decisão do Tribunal Pleno Administrativo que, no dia 27 de novembro, ao interpretar os termos do art. 96, I da Constituição Federal, entendeu que somente os magistrados integrantes da segunda instância são considerados membros do Tribunal e, portanto, somente estes têm direito de votar para a eleição dos dirigentes da Casa.

Houve, contudo, cinco votos divergentes, da lavra dos Desembargadores Sebastião Coelho, Roberval Belinati, George Lopes, João Egmont e João Timóteo. Para os desembargadores mencionados, o conceito de ‘membros dos Tribunais’ alcança magistrados de primeira e segunda instância, pois se trata de uma só carreira.

Em seguida, o Pleno deliberou sobre a proposta da Amagis-DF que pedia o fim do critério da antiguidade dos desembargadores na escolha do Presidente do Tribunal. A proposta foi votada no mérito, tendo obtido 28 votos contrários e sete favoráveis.

“Respeitando a decisão do Tribunal no seu entendi-

mento pela inadmissibilidade de se votar a pauta, nossa luta continua no Congresso Nacional (PEC 187/2012), para efetivamente democratizar e valorizar a participação de todos os magistrados nos destinos dos tribunais. Por outro lado, lamento que o Tribunal tenha renunciado uma oportunidade de vanguarda. A luta continua no Congresso e na LOMAN”, destacou o Desembargador Sebastião Coelho da Silva, Presidente da Amagis-DF.

DIRETAS NO CONGRESSO

No dia 22 de outubro, a PEC 187/2012, que prevê eleições diretas para os dirigentes dos tribunais de Justiça de todo o Brasil, foi aprovada por unanimidade pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados. A proposta segue para o Plenário da Casa, onde precisa ser aprovada em dois turnos para, então, seguir ao Senado Federal.

Para o Presidente da Amagis-DF, não há dúvidas de que o pleito da magistratura terá êxito nas próximas votações. “Tenho convicção de que essa luta será vitoriosa”, completou.

MAGISTRADOS CONTRA O ARMAMENTO



“Essa proposta pode agravar o quadro de violência no país e, por isso, não podemos nos omitir”

Juiz João Ricardo Costa
- Presidente da AMB

No dia 1º de outubro, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) manifestou apoio à Frente Parlamentar pelo Controle de Armas, pela Vida e pela Paz, lançada por 230 deputados contrários à liberação do comércio e porte de armas de fogo e munições para o cidadão comum. A proposta de adesão ao trabalho foi levada ao presidente da entidade, Juiz João Ricardo Costa, pela Juíza Theresa Karina de Figueiredo Barbosa, Diretora de Comunicação da Amagis-DF, que esteve engajada, nos meses de setembro e outubro, na luta contra a revogação do Estatuto do Desarmamento, proposta pelo Projeto de Lei 3722/2012, de autoria do deputado federal Peninha Mendonça, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Para o presidente da AMB, é importante que os magistrados participem desse debate. “Essa proposta pode agravar o quadro de violência no país e, por isso, não podemos nos omitir”, ressaltou.

Embora o texto-base do relatório tenha sido aprovado pela Comissão Especial na Câmara, a luta da Frente Parlamentar continua. O relatório segue para a votação do Plenário da Câmara. Se aprovado, vai ao Senado e depois à sanção presidencial.

O PL 3722/2012

O projeto tem sido defendido como uma proposta para melhorar o controle de armas. O documento propõe, por exemplo, que cada cidadão possa ter posse de até nove armas de fogo, sob o pretexto de possibilitar seu direito de defesa.

Dentre as propostas que preocupam os integrantes da Frente Parlamentar, estão mudanças como: a liberação do porte de armas nas ruas, a mudança do limite de munições de 50 para 600 por ano, a liberação da publicidade de armas e munições em qualquer veículo de comunicação, a mudança da idade mínima para aquisição legal de armas de fogo (de 25 para 21 anos), a autorização para a compra de armas por pessoas já presas e investigadas por crimes como tráfico de drogas, receptação e porte ilegal, e a redução do registro da pena por comércio ilegal de arma.

O empenho de parlamentares favoráveis ao PL segue na contramão de dados de estudos relevantes, como o do Ministério da Saúde (DATASUS), que estima que mais de 160 mil vidas foram poupadas com a implantação do Estatuto do Desarmamento, no período de 2004 a 2012 - sendo 31 mil apenas em 2012. A maior parte das vidas poupadas seriam de jovens entre 15 e 29 anos (cerca de 113 mil pessoas).

PRESIDENTE DA AMAGIS-DF PALESTRA SOBRE VARA DE INQUÉRITOS



No dia 6 de outubro, a OAB-DF sediou o seminário “Vara de Inquéritos - um debate necessário”. O evento contou com palestra do Desembargador Sebastião Coelho da Silva, Presidente da Amagis-DF, que defendeu a necessidade de uma maior discussão no tema. De acordo com ele, a mini-reforma do Código de Processo, ocorrida em 2011, aprimorou as garantias de defesa dos acusados, apresentados ao juiz da causa no prazo máximo de 24 horas. “O juiz diz, fundamentalmente, se ele converte aquela prisão em flagrante em prisão preventiva, ou se ele concede àquela pessoa alguma das medidas cautelares”, explicou. “A análise rápida da sua situação, do seu direito

de ir e vir em razão de um fato de natureza criminal que lhe é atribuído, é a maior garantia que o cidadão pode ter”, destacou o magistrado.

Organizado pela Comissão de Ciências Criminais da OAB-DF, o evento abordou ainda a viabilidade da instalação de uma Vara de Inquéritos em Brasília, já adotada em alguns estados brasileiros, como Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Paraná, Pará, Espírito Santo e Rio de Janeiro. “Trata-se de um tema complexo e que exige do Tribunal que amplie o debate com a advocacia”, destacou o advogado Joaquim Pedro, moderador do evento.

SAÚDE PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES DO JUDICIÁRIO

No dia 22 de outubro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução 207/2015, que institui a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário. A resolução uniformiza o tratamento do tema em todo o país, garantindo que os profissionais do Judiciário tenham acesso a um ambiente de trabalho seguro e saudável. As ações devem contemplar todos os magistrados, servidores e seus dependentes.

Segundo a resolução, os tribunais e conselhos de Justiça podem realizar convênios entre si e entre instituições públicas para viabilizar a contratação de plano de saúde comum com melhores condições aos usuários. O texto esclarece que o CNJ atuará em parceria com os tribunais na implementação de medidas previstas na resolução e na obtenção de recursos orçamentários e capacitação de magistrados e servidores.

XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE MAGISTRADOS



Foi realizado, de 29 a 31 de outubro, em Caldas Novas (GO), o maior evento da magistratura brasileira: o XXII Congresso Brasileiro de Magistrados. Reunindo um público de mais de 1.500 pessoas, no Centro de Convenções Di Roma, a abertura do Congresso contou com a conferência magna do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski. O presidente da Amagis-DF, Desembargador Sebastião Coelho da Silva, compareceu à solenidade, ao lado de juizes de todo o país.

No segundo dia do XXII Congresso Brasileiro de Magistrados, o evento seguiu com a apresentação de painéis sobre variados assuntos relacionados à Magistratura. Dentre os convidados, a Juíza do DF Gláucia Falsarella

Foley proferiu a palestra “Justiça e Sociedade: Percepções e Experiências”. A magistrada é titular do Juizado Especial Criminal de Taguatinga e coordenadora do Programa Justiça Comunitária do TJDF.

Participam do evento, os seguintes magistrados do DF: Juiz Almir Andrade; Juíza Andeza Alvez; Juiz Asdrubal Nascimento; Juiz Fernando Alves; Juíza Gabriela Jardim; Juíza Gláucia Falsarella Foley; Juiz João Fisher; Juiz José Ronaldo; Juiz Julio Roberto; Juiz Juraci Magalhães; Juiz Sandoval Gomes; Desembargador Sebastião Coelho; Juíza Joana Darc Medeiros; Juíza Márcia Alves Martins Lobo; Juíza Renata Alves Crispim; e Juiz Ronaldo Rossato.

JUSTIÇA E CIDADANIA

PROGRAMA JUSTIÇA E CIDADANIA LANÇA NOVA CARTILHA



No dia 30 de setembro, a Escola Classe da 308 Sul foi palco do lançamento da nova cartilha do Programa Justiça e Cidadania na Escola. O evento foi aberto pelo presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Juiz João Ricardo Costa e contou com a presença do Secretário de Educação do DF, Júlio Gregório. Prestigiaram o evento, representando a Amagis-DF, as Juizas Marcia Lobo e Theresa Karina de Figueiredo Barbosa - Vice-Presidente e Diretora de Comunicação da Associação.

A sétima versão da cartilha aborda novas noções de Justiça, como Justiça Restaurativa, Conciliação de Conflitos, Lei Maria da Penha e Mediação, entre outros temas da atualidade, como Bulling, Meio Ambiente, Alienação Parental e Relações Homoafetivas. Os assuntos são destacados na publicação de forma lúdica por meio de histórias em quadrinho. A nova cartilha está disponível em PDF no site da Amagis-DF: www.amagis.org.br e será utilizada no Distrito Federal a partir de 2016.

“A intenção do projeto é apresentar às crianças a importância dos direitos e deveres como cidadãos. Por isso a revista é indicada para todas as idades e graus de escolaridade. Queremos que, cada vez mais cedo, temas tão relevantes como esses sejam tratados na escola e entre as famílias”, destaca o Presidente da AMB, Juiz João Ricardo Costa.



A intenção do projeto é apresentar às crianças a importância dos direitos e deveres como cidadãos.

Juiz João Ricardo Costa
- presidente da AMB

O Programa Justiça e Cidadania na Escola é uma ação da AMB. O projeto existe desde 1992 em âmbito nacional com objetivo de levar aos alunos do quinto ano do Ensino Fundamental importantes noções de Justiça, além de informar sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria e demais serviços jurisdicionais.

No DF, o Programa é coordenado pela Amagis-DF e conta com a disponibilidade de magistrados de forma voluntária. Interessados em participar devem entrar em contato com a secretaria da Associação, que dará toda assessoria necessária, bem como informações sobre datas e escolas disponíveis para visitação.



JUSTIÇA E EDUCAÇÃO

PROGRAMA CAPACITA PROFESSORES PARA O ACOLHIMENTO DE VÍTIMAS DE ABUSO



A Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF) lançou, no dia 13 de agosto, o Programa “Justiça e Educação: compartilhar conhecimento em prol da infância e juventude do DF”. Na abertura, professores da rede pública de ensino do Distrito Federal lotaram o auditório do Fórum do Paranoá. Participaram do lançamento os Juízes Fábio Esteves e Theresa Karina de Figueiredo, Vice-Presidente e Diretora de Comunicação da Amagis-DF; o Secretário Adjunto de Educação do DF, Clóvis Lúcio da Fonseca Sabino; o Secretário de Justiça e Cidadania do DF, José Vieira; as Promotoras de Justiça do DF, Camila Costa Britto e Janaína Laudelina Bizerra; e o Psicossocial do TJDF, Miguel Ricardo de Carvalho Vargas.

O programa conta com parceria da Secretaria de Educação do Distrito Federal e tem como principal objetivo sensibilizar e capacitar professores, por meio de pales-

tras, para o acolhimento de alunos vítimas de violência sexual. “Uma criança que sofre abuso certamente terá problemas mais sérios no futuro. A educação é o único meio de ajudar nossas crianças e o professor é protagonista nesse importante trabalho”, comentou o Juiz Fábio Esteves.

Para a Juíza Theresa Karina, palestrante e idealizadora do Programa, o foco do trabalho proposto são os professores e o seu papel na sociedade. “O caminho tradicional não tem resolvido e é preciso que os casos sejam levados ao Conselho Tutelar, ou diretamente ao promotor”, ressaltou. A magistrada destacou que a Justiça está presente e precisa contar com a contribuição da comunidade, convidando professores a estarem presentes no fórum sempre que for necessário.

A Promotora de Justiça, Janaína Bizerra, apresentou aos professores o trabalho desenvolvido pelo Ministério



MAGISTRADOS ADEREM AO PROGRAMA

No dia 25 de novembro, o Programa “Justiça e Educação” movimentou o Fórum do Núcleo Bandeirante com o primeiro ciclo de palestras de formação continuada na região administrativa. Liderado pelo Vice-Presidente da Amagis-DF, Juiz Fábio Esteves - titular da Vara Criminal e Tribunal do Júri do Núcleo Bandeirante -, o evento reuniu cerca de 200 professores, oriundos de escolas da Candangolândia, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo I e II.

“O Tribunal do Júri aqui do Núcleo Bandeirante está de portas abertas e à disposição das pessoas da comunidade local para trocar ideias e experiências a fim de que alcancemos maiores resultados na resolução de problemas de abusos, muitas das vezes relatados no ambiente escolar”, registrou o Juiz Fábio Esteves.

Público e chamou a atenção para a promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. A promotora destacou que os professores podem e devem procurar a Promotoria diretamente para relatar as ocorrências de abuso sexual. “Nós gostaríamos de abrir esse canal de comunicação entre professores com o Ministério Público. Garantimos o sigilo e resguardo dos seus dados”, ressaltou.

O psicólogo do psicossocial do TJDF, Miguel Ricardo, faz parte do serviço de assessoramento aos juizes criminais há três anos e lida diariamente com casos de abuso sexual. Segundo ele, não é fácil para a vítima falar sobre o assunto. “Se falar sobre o tema é difícil, imagine falar do abuso sexual. É muito comum uma criança passar anos sofrendo abusos sem falar, sem exteriorizar”, explicou.



DF GANHA 33 NOVOS JUÍZES



No dia 23 de setembro, o Tribunal de Justiça do DF deu posse a 33 novos Juizes de Direito, aprovados no XLI Concurso Público para Juiz de Direito do TJDF. Com a posse sobe para 375 o número de magistrados da Corte.

Dos 33 aprovados, 17 são homens e, 16, mulheres, cinco já eram servidores do Tribunal: Thaís Araújo Correia, Paulo Marques da Silva, David Doudement Campos Joaquim Pereira, André Gomes Alves e Raquel Mundim Moraes Oliveira Barbosa. Há, também, dois Advogados da União, uma Procuradora da Fazenda Nacional, um Delegado de Polícia do Estado de Goiás, um Promotor de Justiça do Estado do Paraná, um Analista Legislativo do Senado Federal, Analistas Judiciários do STJ, MPU, MPDFT e MPSP, advogados e outros.

A maioria deles é nascida em Brasília, seguida de perto por mineiros, paulistas, cariocas e goianos. Além de serem bacharéis em Direito, 90% dos novos magistrados têm especialização na área fim, e contam entre 26 e 44 anos de idade. Confira quem são.



Alessandro Marchió Bezerra Gerais
38 anos, natural de Goiânia (GO).
Superior completo em Direito



Debora Cristina Santos Calado
26 anos, natural de Goiânia (GO).
Superior completo em Direito



Gisele Nepomuceno Charnaux Serta
28 anos, natural de Brasília (DF).
Superior completo em Direito



Luana Lopes Silva
31 anos, natural de Santarem (PA).
Superior completo em Direito



Ana Beatriz Busco
29 anos, natural de Campinas (SP).
Superior completo em Direito



Eduardo da Rocha Lee
27 anos, natural de Rio de Janeiro (RJ).
Superior completo em Direito



Indiara Arruda de Almeida Serra
34 anos, natural de Aquidauna (MS).
Pós-graduada em Direito Civil Processual



Luciana Gomes Trindade
29 anos, natural de Contagem (MG).
Pós Graduação em Ciência Penal



André Gomes Alves
27 anos, natural de Brasília (DF).
Pós-graduado em Direito e Contemporaneidade



Enio Felipe da Rocha
33 anos, natural de Natal (RN).
Superior completo em Direito



Jerônimo Grigoletto Goellner
37 anos, natural do Rio de Janeiro (RJ).
Superior completo em Direito



Maria Audusta de Albuquerque Melo Diniz
33 anos, natural de Recife (PE).
Superior completo em Direito



Bianca Fernandes Pieratti
34 anos, natural de Brasília (DF).
Pós-graduada em Direito e Jurisdição



Evandro Moreira da Silva
31 anos, natural de Guacui (ES).
Pós-graduado em Direito Penal e Direito Penal Contemporâneo



João Gabriel Ribeiro Pereira Silva
26 anos, natural de Belo Horizonte (MG).
Superior completo em Direito



Maria Cecília Bastista Campos
26 anos, natural de João Pessoa (PB).
Pós-graduada em Direito Civil



Christiane Nascimento Ribeiro Cardoso Campos
30 anos, natural de Goiânia (GO).
Superior completo em Direito



Felipe Costa da Fonseca Gomes
27 anos, natural de Maceió (AL).
Superior completo em Direito



Joel Rodrigues Chaves Neto
44 anos, natural de Niquelândia (GO).
Pós-graduado em Direito



Maryanne Abreu
29 anos, natural de Montes Claros (MG).
Superior completo em Direito



David Doudement Campos Joaquim Pereira
29 anos, natural de Brasília (DF).
Pós-graduado em Direito Público



Filipe Mascarenhas Tavares
29 anos, natural de São Paulo (SP).
Superior completo em Direito



Lianne Pereira da Motta Pires Oliveira
33 anos, natural de Natal (RN).
Superior completo em Direito



Newton Mendes de Aragão Filho
29 anos, natural de Brasília (DF).
Superior completo em Direito



Patrícia Vasques Coelho
30 anos, natural do Rio de Janeiro (RJ). Superior completo em Direito



Paulo Marques da Silva
37 anos, natural de Brasília (DF). Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil



Raquel Mundim Moraes Oliveira Barbosa
36 anos, natural de Uberaba (MG). Pós-graduada em Ordem Jurídica e Poder Judiciário



Rogério Faleiro Machado
39 anos, natural do Rio de Janeiro (RJ). Pós-graduado em Direito Público



Tacísio de Moraes Souza
31 anos, natural de Mantena (MG). Superior completo em Direito



Thais Araújo Correia
33 anos, natural de Brasília (DF). Pós-graduada em Ordem Jurídica e Ministério Público



Verônica Capócio
32 anos, natural de Santo André (SP). Superior completo em Direito



Vitor Hugo Aquino de Oliveira
35 anos, natural de Mogi das Cruzes (SP). Pós-graduado em Direito Tributário



Wellington da Silva Medeiros
35 anos, natural de Araguaiana (TO). Superior completo em Direito

MAGISTRATURA SOLIDÁRIA: CONSTRUINDO PONTES PARA UMA INFÂNCIA MAIS FELIZ

Juízes do DF dão o exemplo e se engajam no voluntariado corporativo por meio da Rede Solidária Anjos do Amanhã

Tornar-se voluntário e contribuir para melhorar a vida de alguém é algo gratificante do ponto de vista pessoal, dizem os que se engajam nessa missão. Muitos se envolvem em causas sociais desde tenra idade; outros, um pouco mais tarde, pelas mais diversas motivações. E o engajamento vem sempre acompanhado de uma carga motivacional e emocional grande.

No DF, alguns magistrados dão o exemplo engajando-se no voluntariado corporativo do Tribunal de Justiça, por meio da Rede Solidária Anjos do Amanhã, programa de voluntariado da Vara da Infância e da Juventude do DF - VIJ/DF, que completa, no próximo ano, dez anos de atuação.

É o caso dos Juízes Felipe Kersten, Thaíssa Guimarães, Cristiana de Alencar e Luiz Otávio Rezende que, apesar dos diversos afazeres profissionais e familiares, ainda encontram tempo para olhar para o lado e ajudar a quem precisa. Esse time do bem dedica parte do seu tempo a separar roupas, brinquedos, sapatos, mantimentos e outros itens para crianças e adolescentes atendidos pela Rede. As doações são catalogadas e destinadas a entidades de acolhimento (antigos abrigos) do DF e outras instituições que trabalham com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

O Juiz Felipe Kersten, em exercício na Vara de Penas e Medidas Alternativas do DF (Vepema), diz que, em um país com tantas desigualdades sociais, fazer o bem é uma questão de dignidade. “A minha grande motivação para fazer doações vem da consciência de que, em um país com grandes desigualdades sociais, muitos jovens estão em situação de vulnerabilidade e necessitam de mantimentos básicos para viverem com o mínimo de dignidade”, assegura.

Ele afirma que essa parceria com a Rede Solidária é uma forma de retribuir à sociedade, em sua camada menos favorecida e mais valiosa (os jovens), um pouco do que recebeu da vida. Para ele, o trabalho desenvolvido pela Rede é sério e inovador no Poder Judiciário. “Trabalhei um tempo na Vara da Infância e da Juventude do DF, como juiz substituto, e tive a oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido pelo Anjos do Amanhã. Confio e apoio essa importante ação”, diz.

O magistrado, sempre que pode, doa itens materiais à Rede Solidária, principalmente roupas e brinquedos. Durante a faculdade de Direito, também fez trabalhos sociais com alguns colegas prestando orientação jurídica, por meio de uma ONG, a comunidades carentes no Município de Itaperaçu, no Paraná, uma das regiões menos



desenvolvidas da Região Metropolitana de Curitiba. “Foi gratificante perceber que podíamos orientar, no âmbito jurídico, aquelas pessoas, dando-lhes um caminho para solucionar os seus problemas”, ressalta.

BODAS SOLIDÁRIA

Outro exemplo de comprometimento social e generosidade foi o do casal de magistrados Cristiana de Alencar Lameiro e Luiz Otávio Rezende. Eles se casaram em julho deste ano e trocaram os presentes de casamento por doações à Rede Solidária Anjos do Amanhã. Essa atitude beneficiou 20 crianças e adolescentes da Casa Transitória de Brasília, em Taguatinga, cinco jovens da Casa-lar vinculada, e mais 40 crianças e adolescentes que vivem na Casa da Criança Batuira, em Ceilândia.

“Como já tínhamos uma casa montada, resolvemos destinar os nossos presentes às crianças e adolescentes atendidos pela VIJ-DF. Levantamos as necessidades das entidades que seriam beneficiadas e compartilhamos a informação com os nossos convidados, que generosamente doaram geladeira, micro-ondas, fogão, liquidificadores, TV, roupa de cama, mesa e banho. Alguns preferiram doar em dinheiro, o que nos possibilitou comprar, pessoalmente, camisetas, lençóis, toalhas e roupas íntimas para as crianças e os adolescentes da Casa Transitória e da Casa da Criança Batuira”, diz a juíza. A quantia em espécie também serviu para custear exames médicos, tratamento odontológico, inscrição no EJA (Educação de Jovens e Adultos) e a adesão de alguns meninos da entidade ao SESC para fins esportivos, médicos e culturais.

Outros presentes e eletrodomésticos agradaram aos jovens da Casa. O adolescente Gilberto* gostou, principalmente, do micro-ondas. Saltitante, recebeu o eletrodoméstico na porta de casa e se dispôs a levá-lo até a cozinha na mesma hora. Segundo ele, comida fria nunca mais. “Às vezes chegava em casa, após o horário do almoço, e acabava comendo comida fria. Agora, tenho como esquentá-la”, afirmou.

As doações do casal beneficiaram ainda cinco meninos, com idades entre 12 e 17 anos, de outra Casa-lar vinculada à instituição, na mesma cidade. Segundo Natália, a casa foi aberta há sete meses com utensílios emprestados de outra instituição de acolhimento, a Aldeias SOS. “Quando abrimos a Casa-lar, só tínhamos o espaço e fomos pedindo tudo emprestado. Agora, com essas doações, vamos devolver o que recebemos”, comemora.

PARCERIA DURADOURA

Outra assídua e generosa voluntária da Rede Solidária Anjos do Amanhã é a Juíza Thaíssa Guimarães. Parceira da Rede há um bom tempo, ela prefere doar roupas, brinquedos, sapatos e outros itens diretamente à Rede a levar em alguma entidade específica. “A Rede Solidária está frequentemente em contato com as instituições e sabe as carências e as necessidades de cada uma delas, direcionando as doações de acordo com as necessidades”, diz.



“Admiro a dinâmica do trabalho desenvolvido pela Rede, pois eles trocam e-mails com as entidades para saber as necessidades e, em instantes, aparecem voluntários para ajudar. Alguns se oferecem para pagar exames médicos, elaborar projetos para a construção de casas ou para doar bens materiais específicos. Outros oferecem o próprio serviço nas mais diversas áreas: odontologia, psicologia etc. Isso é muito gratificante para o integrante da Rede. Um dia fiquei emocionada com o e-mail de um arquiteto que se oferecia para fazer projetos de residências. É uma Rede do bem e faz bem não só a quem é agraciado, mas também àqueles que doam”, relata.

Além da contribuição ao Anjos do Amanhã, a juíza procura atender solicitações vindas de grupos de

WhatsApp e de amigos. “Sempre que surgem situações e necessidades específicas nas redes sociais, tento reunir esforços para contribuir com a solução do problema”, diz. Também está na sua lista de prioridades visitar algumas entidades atendidas pela Rede para conhecer de perto suas realidades, bem como ministrarpalestras sobre temas que interessem à comunidade.

E essa vontade de ajudar a quem precisa, segundo a magistrada, vem da necessidade que tem de retribuir tudo o que recebeu e de externar sua gratidão a Deus. E ela não está sozinha: os filhos já seguem o mesmo caminho,

praticando o desapego e a solidariedade. “Vou separando os brinquedos nos quais eles perderam o interesse. O exemplo, com certeza, ensina mais do que palavras e acho que eles estão num bom caminho”, assegura.

Quanto à prática da solidariedade cidadã, a magistrada acredita que muitas pessoas (não só juízes) deixam de fazer doações em razão da correria do dia a dia e não porque ignoram ou são indiferentes às necessidades alheias. “Quando doamos, além dos itens materiais em si, ofertamos também o nosso tempo, que hoje em dia está cada vez mais escasso”, sustenta.

O QUE É A REDE SOLIDÁRIA ANJOS DO AMANHÃ?

Idealizado pelo Juiz Renato Scussel, da Vara da Infância e da Juventude do DF (VIJ/DF), o Programa existe há nove anos e tem como missão gerar oportunidades para que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, residentes no DF, possam ter acesso aos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Segundo o magistrado, para se alcançar a paz social, a Justiça deve ser solidária e não só retributiva. “Se o objetivo primordial da Justiça é promover a paz social, a sua construção deve ser solidária e não retributiva, de modo que cada um faça a sua parte. A partir dessa visão humanística, entendo que, antes de a espada da Justiça ser empunhada para garantir os direitos de todos, ela deve ser utilizada para partir o pão com igualdade. Nesse contexto, o magistrado tem a missão de assegurar direitos compreendendo solidariamente as angústias de seus iguais. Essa é a filosofia da Rede Solidária Anjos do Amanhã”, explica o juiz.

Atualmente, fazem parte do quadro de instituições atendidas pela Rede Solidária as 17 entidades de acolhimento do Distrito Federal, bem como creches e projetos sociais preocupadas em garantir os direitos previstos no ECA.

Ressocialização - A Rede atua ainda na ressocialização

de jovens em conflito com a lei. Acompanha 45 estagiários, nas varas e nos tribunais superiores e em programas de primeiro emprego, entre jovens que cumprem medidas socioeducativas e os que recebem medidas protetivas da Justiça.

Penas Pecuniárias-O programa tem conseguido atender as entidades de acolhimento também por meio da destinação de recursos advindos de penas pecuniárias, conforme estabelece a Resolução CNJ 154 de 2012. Pela norma, a verba pecuniária, quando não destinada à vítima ou a seus dependentes, deve ser, preferencialmente, repassada a entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada. O programa estabeleceu uma parceria institucional com alguns juízes criminais, e o recurso arrecadado com as penas pecuniárias provenientes da suspensão condicional do processo nos casos dos crimes de embriaguez ao volante é destinado às instituições. No ano passado, foram arrecadados aproximadamente R\$ 155 mil em penas pecuniárias. Com a verba, foi possível realizar uma reforma na instituição de acolhimento Aldeias SOS, que atualmente acolhe 21 crianças e adolescentes. A verba pecuniária é retirada diretamente pela instituição que, por sua vez, faz a prestação de contas ao Programa.

COMO SE TORNAR UM VOLUNTÁRIO?

Para se tornar um voluntário da Rede Solidária, basta se inscrever pelo site www.anjosdoamanha.tjdft.jus.br ou entrar em contato pelo e-mail anjosoamanha@tjdft.jus.br ou pelos telefones (61) 3103-3286/3285.

Perfil do voluntário - Atualmente, a Rede reúne cerca de 200 voluntários de diversas áreas para atender o público da VIJ-DF oferecendo consultas médicas, reforço escolar, capacitação profissional, apoio psicológico, jurídico e material aos meninos, meninas e suas famílias. Para isso, possui um cadastro de ações voluntárias que são cruzadas com as necessidades apresentadas pelas instituições.

A maioria dos voluntários é formada por profissionais liberais e empresas que se dispõem a atender crianças e adolescentes na área de saúde, quando impossibilitado o atendimento na rede pública. A maior demanda atualmente é por profissionais nas áreas de psiquiatria, neurologia e fonoaudiologia.



NATAL SOLIDÁRIO

AMAGIS-DF E VIJ/DF EM CAMPANHA SOLIDÁRIA DE NATAL

A Associação dos Magistrados do Distrito Federal e a Vara da Infância e Juventude (VIJ/DF) lançaram em novembro a campanha Natal Solidário, com o intuito de arrecadar brinquedos, roupas e calçados destinados a crianças e adolescentes que moram nas entidades de acolhimento do DF atendidos pela VIJ. O objetivo é presentear, por ocasião do Natal, cerca de 370 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. As doações podem ser entregues nas diretorias dos fóruns do DF, ou ainda, na sede da Rede Solidária, na VIJ-DF (909 Norte). No Fórum de Brasília, há dois postos de coleta: um na diretoria do fórum e outro na Amagis-DF, no 10º andar do Bloco A. A ação segue até o dia 9 de dezembro.

O que e como doar

Para saber as necessidades e interesses das crianças, basta acessar o hotsite da campanha (pelo link <https://form.jotformz.com/53056382874664> ou, ainda pelo QR Code, imagem codificada localizada ao lado deste texto) e escolher a entidade e a criança a ser agraciada. No ato da entrega, os presentes devem estar identificados com nome da criança, idade e instituição. Aqueles que desejarem podem fazer mais de uma doação - que serão destinadas a outras entidades no DF.



ENTREVISTA

JUIZ PAULO CARMONA

O Juiz Paulo Carmona é conhecido no meio jurídico por analisar a violência urbana e a criminalidade nos grandes centros sob o olhar do Direito Urbanístico. Mestre e doutor no assunto, o titular da 7ª Vara Criminal de Brasília é autor do livro “Violência x Cidade: o papel do Direito Urbanístico na violência urbana”, com o qual conquistou, recentemente, o 3º lugar na categoria Direito da 57ª edição do Prêmio Jabuti - o mais tradicional prêmio do livro no Brasil, concedido pela Câmara Brasileira do Livro. Também professor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Território (FESMPDFT) e do Centro Universitário de Brasília (Uniceub), o paulista, radicado em Brasília, é o entrevistado especial desta edição da Tribuna Judiciária. Em descontraída conversa, o Juiz Paulo Carmona conta um pouco da história do Direito Urbanístico no Brasil e sua trajetória na criação dessa importante obra, que hoje faz parte da Coleção Direito, Transdisciplinaridade & Pesquisa.

TB: Como nasceu o estudo em Direito Urbanístico?

Dr. Carmona: O mestrado em Direito Urbanismo existe desde 1980. Mas a matéria para valer começou a existir no Direito em 2001, graças ao Estatuto das Cidades. Antes disso, o estudo sobre o tema era bem difícil. Não tinha muita legislação, por exemplo. Em 1985, o estudo se dava basicamente no mestrado. Estudava-se o Projeto de Lei, que depois se desenvolveu num projeto para o desenvolvimento urbano. A gente estudava o que dava e buscava muita coisa em pesquisas estrangeiras. Isso porque lá fora as pesquisas já eram bem mais desenvolvidas do que aqui.

TB: Haveria um motivo em especial para o atraso no tema no Brasil?

Dr. Carmona: No Brasil, o estudo no tema atrasou muito porque o Congresso era muito conservador. Para se ter uma ideia, a história do Direito Urbanístico é mais antiga do que se imagina. Começou em 1963, por ocasião de um congresso sobre urbanismo e habitação, na cidade de Petrópolis (RJ). Só que em 64 veio a Ditadura Militar e, por isso, o desenvolvimento no tema e, por sua vez, o Projeto de Lei, que já estava pronto, demorou 20 anos para ser enviado. Só em 83, quando o Brasil já estava no processo de redemocratização, é que o PL foi efetivamente enviado ao Congresso, pelo número 775/83. Esse PL é uma espécie de avô do Estatuto das Cidades no Brasil e, apesar de nunca ter sido aprovado, influenciou a Constituinte de 87 e a construção da Constituição de 88, que foi a primeira



a trazer um capítulo inteiro sobre política urbana, além de instrumentos importantes. Pode se dizer que o Estatuto foi um marco e que é resultado da influência do PL 775.

TB: E quando o Direito Urbanístico começou a se desenvolver de fato no país?

Dr. Carmona: Em 95, o Governo Federal resolveu retirar o PL, sem aprovação, para que outros projetos fossem apresentados, à luz da nova Constituição. A partir daí, dois projetos foram apresentados. Em princípio eles tramitaram em paralelo e depois foram aglutinados, para, só em 2001, ou seja, seis anos depois, fosse aprovado o Estatuto das Cidades. Foi aí que o Direito Urbanístico brasileiro começou para valer. O Estatuto foi um marco porque dizem que o Direito Urbanístico começa mesmo com ele, que antes era só uma promessa. Foi por meio dele que se definiram competências, diretrizes e vários novos instrumentos. A partir daí, foram dados prazos aos municípios para elaborarem e revisarem seu plano diretor. Houve, então, a criação do Ministério das Cidades, já no primeiro governo Lula. De fato, foi aí que a coisa começou a andar. Mas ainda faltava muita coisa. Faltava o Estatuto da Metrópole, que foi um tema que resolveram retirar do Estatuto das Cidades, pois se tratava de um tema muito específico, apesar de muito importante. Este só foi promulgado em janeiro de 2015, quase 14 anos depois. É uma espécie de legislação que complementa o Estatuto das Cidades, pois este preocupava-se apenas com os grandes municípios. O que foi motivo de críticas, pois hoje os pequenos e médios municípios são os que mais crescem e os que já começam a apresentar problemas de favelização. Hoje, as médias cidades são as que mais sofrem, pois não têm grandes estruturas, mas estão inchando muito rapidamente.

“Hoje, as médias cidades são as que mais sofrem, pois não têm grandes estruturas, mas estão inchando muito rapidamente”

TB: Ao que o senhor confere esse crescimento exacerbado nas cidades médias?

Dr. Carmona: As pessoas começaram a ir para as cidades medianas em busca de trabalho, isso porque a crise apertou em vários momentos nas regiões mais industriais. Foram em busca de uma melhor qualidade de vida. Logo, cidades que possuem entre 200 e 300 mil habitantes no interior de São Paulo e do Paraná, por exemplo, eram cidades com altos índices de qualidade de vida, até que essas cidades começaram a inchar e a apresentar uma porção de problemas que não apresentavam antes. Para se ter uma ideia, toda cidade brasileira acima de 500 mil habitantes possui favela e, dentre as cidades brasileiras acima de 200 mil habitantes, que eu tenha conhecimento, só tem uma que não tem favela, que é Palmas - porque nasceu em 89 e foi planejada.

TB: Muitos dizem que Brasília, por ser planejada, é uma cidade sem favelas. Isso se aplica ou seria um conceito errôneo?

Dr. Carmona: Apesar de planejada, tem favelas, mas tinha muito mais, lembrando que Ceilândia nasceu por conta da erradicação de várias favelas. As super chácaras no PSul e PNorte, o Sol Nascente e o condomínio Por do Sol, por exemplo, são favelas. Afinal, ainda não temos outra palavra que defina locais sem infraestrutura, sem saneamento básico e com alto índice de violência. A pior que tínhamos, e que agora passa por uma reestruturação, é a Estrutural - um lixão, onde, por baixo, passa um gasoduto da Petrobrás. Um dos maiores lixões da América Latina, onde não foi obedecida até agora a Lei de Resíduos Sólidos. Há produção constante de gases tóxicos ali. O risco é alto e a situação pede urgência. O último lugar do mundo para se ter gente morando.

TB: Como se deu a concepção da sua obra, intitulada “Violência x Cidade: o papel do Direito Urbanístico na violência urbana”?

Dr. Carmona: A publicação é fruto da minha tese de doutorado, que depois adaptei para publicar o livro. O tema era novo e ninguém falava muito sobre isso - especificamente “o papel do Direito Urbanístico na violência urbana”. Os estudos foram embasados em autores estrangeiros e pátrios de autoridade incontestável, de áreas diversas, com destaque para a cientista política alemã Hannah Arendt, o engenheiro civil e urbanista Hermes Ferraz, o sociólogo colombiano Hugo Acero, o arquiteto e urbanista dinamarquês Jan Gehl e a urbanista americana Jane Jacobs. Além disso,

foram apontados dados estatísticos de organismos internacionais e nacionais de respeitabilidade. Em resumo, a obra faz uma análise do Direito Urbanístico no contexto da violência urbana e da criminalidade, demonstrando que as políticas de segurança pública não podem prescindir de intervenções no meio ambiente urbano. O tema me interessou e já tem bom desenvolvimento no exterior com os maiores exemplos nas cidades colombianas. Isso porque Medellín e Bogotá passaram por várias transformações urbanísticas que reduziram, e muito, a violência.

TB: Falando nisso, no seu livro há um capítulo especial sobre a Colômbia. Como foi a experiência em visitar aquele país?

Dr. Carmona: Me foi proposto, na ocasião da elaboração da minha tese, passar uma temporada na Colômbia para conhecer de perto os projetos lá implantados. Em 2009, foi a primeira vez que fui para lá, onde fiquei um mês. Logo que cheguei, fiz contato com o Poder Público e com o ex-secretário de Segurança Pública de Bogotá, com quem consegui uma porção de materiais e quem me levou a conhecer diversos projetos. Já nos primeiros dias, ele me recebeu e me mostrou o mapa da cidade, com indicação do que eu deveria conhecer e os locais que eu deveria evitar pois ainda eram perigosos, com forte repressão da As Farc. Me mostrou também o mapa de Medellín, com indicação de pessoas que me acompanhariam. Foi muito interessante. Percebi que conhecer a experiência colombiana pode indicar um norte para medidas a serem tomadas no Brasil, uma vez que as cidades de Bogotá e de Medellín, mundialmente conhecidas por enfrentar graves problemas com a criminalidade e violência urbana, após passarem por grandes transformações urbanísticas, viram os índices de criminalidade reduzirem substancialmente. Em Medellín há morros por todos os lados. Não é uma cidade praiana, mas lembra bastante o Rio de Janeiro. Os morros são extremamente degradados e o Estado não tinha presença nenhuma nas favelas. Medellín chegou a ser a cidade mais violenta do mundo. Mas, em 2009, curiosamente, eu me senti mais seguro lá do que aqui em Brasília. Uma cidade que melhorou em diversos aspectos depois da morte do Pablo Escobar, pois foi quando a cidade começou a se estruturar.

“Medellín chegou a ser a cidade mais violenta do mundo. Mas, em 2009, eu me senti mais seguro lá do que aqui”

TB: Conte-nos um pouco dos modelos adotados na Colômbia e como podem ajudar na diminuição da criminalidade no Brasil?

Dr. Carmona: A minha ideia era trazer a realidade colombiana para o Brasil, mostrando como os projetos da Colômbia, por ter cidades tão parecidas com as brasileiras, podem ser transferidos para cá. Em grande medida, isso já está acontecendo, principalmente no Rio, com as UPPs, que têm inspiração nos projetos de proteção integral de Medellín e Bogotá, apesar de na prática não funcionarem tão bem quanto lá. Para dar certo na Colômbia, um dos pilares utilizados foi o Urbanismo Social. Eles focaram na prevenção e nas escolas públicas de qualidade. Começaram a levar a presença do Estado para dentro da periferia. As “UPPs” lá funcionaram, pois não eles entenderam que não basta só polícia entrar, expulsar os bandidos e pronto - passando essa fase, o Estado entra com um programa organizado, envolvendo líderes da comunidade, crianças, construindo ciclovias, parques e indo de encontro com as reais necessidades sociais da população local. Além disso, houve uma “limpeza” na polícia, que era muito corrupta. E isso aconteceu afastando os corruptos e reforçando a autoridade policial com melhores salários e incentivos diversos. Em resumo, pode-se dizer que as cidades colombianas chegaram num fundo do poço tão maior que a gente que a reação da população por melhorias também foi maior. O que me chamou a atenção é que eles não são um país com tantos recursos como o Brasil e com muito menos eles conseguiram mais resultados, o que demonstra o nível de cobrança da sociedade.

TB: Por fim, como é possível tornar nossas cidades menos violentas e mais seguras?

Dr. Carmona: Acredito que temos que focar na prevenção, mas também não esquecer da repressão qualificada. É possível melhorar e muito. É sim! As cidades brasileiras estão entrando num nível de violência e de insegurança, de desgoverno, que o pouco que se faz pode ter bons resultados. Há experiências e exemplos aqui mesmo no Brasil, como em João Pessoa, na Paraíba, onde descobri, ainda na época da minha pesquisa, a forte relação entre a qualidade da escola pública - do ambiente físico escolar - com a violência produzida entre as crianças, onde o espaço tem muita correlação com o comportamento das pessoas. Ou seja, se você melhora a qualidade do espaço, a pessoa tende a melhorar o seu comportamento.

20 anos dos JUIZADOS ESPECIAIS

A Juíza Oriana Piske, do 4º Juizado Especial Cível de Brasília, juntamente com os servidores, Cláudio Nunes Faria e Cristiano Alves da Silva, publicou recentemente o artigo “20 anos dos Juizados Especiais”, que traça um panorama dos Juizados Especiais estaduais e federais, a partir da edição das Leis nº 9.099/95 e 10.259/2001, como um “marco na história do Judiciário brasileiro, visto que romperam com as amarras dos modelos e procedimentos tecnicistas da Justiça tradicional”.

O texto também está disponível para Download no portal da Amagis-DF, no canal Revista eletrônica de doutrina e jurisprudência e no site do TJDF.

20 ANOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS

OrianaPiske* , Cláudio Nunes Faria* e Cristiano Alves da Silva*

Foi para atender o preceito constitucional disposto no artigo 98, inciso I, que surgiram os Juizados Especiais Estaduais (Lei no 9.099/95) e Federais (Lei no 10.259/01) que se revelaram um marco na história do Judiciário brasileiro, visto que romperam com as amarras dos modelos e procedimentos tecnicistas da Justiça tradicional.

Os Juizados Especiais visam à simplificação e desburocratização do processo, e vão além ao implicarem uma mudança de mentalidade dos operadores do direito, no sentido de adequá-los a um novo exercício da cidadania, passando a ser notável instrumento de acesso rápido e democrático à Justiça.

A Convenção Europeia para Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais diz isso expressamente no § 1o do artigo 6o “(...) a Justiça que não cumpre suas funções dentro de um prazo razoável é, para muitas pessoas, uma Justiça inacessível.”¹A tempestividade compreendida como sendo a utilidade da prestação jurisdicional para aquele que quis ver o seu direito salvaguardado, preocupa os estudiosos de todo o mundo, os quais buscam instrumentos eficientes para o combate da lentidão judiciária.

Neste passo é que a Lei dos Juizados Especiais veio propiciar Justiça ágil, simplificada e acessível a todos os cidadãos. Desta forma, os Juizes estão despertando para deixar de lado o monólogo criptografado nas suas sentenças para exercitar um diálogo compreensível que aproxime a Justiça de todos.

O Judiciário, nos tempos atuais, não pode se propor a exercer função apenas jurídica, técnica, secundária, mas deve exercer papel ativo, inovador da ordem jurídica e social, visto que é chamado a contribuir para a efetivação dos direitos sociais, procurando dar-lhes sua real densidade e concretude. O juiz deve estar atento às transformações do mundo moderno, porque, ao aplicar o Direito, não pode desconhecer os aspectos sociais, políticos e econômicos dos fatos que lhe são submetidos.

Os Juizados Especiais possuem como principal caracterís-

tica a humanização democrática das relações entre Poder Público e particulares, na medida em que concede à vítima e ao agente o poder de deliberação na solução de seus conflitos, sem a imposição de fórmulas legais rígidas e pré-concebidas, de aplicação genérica, as quais presumem, de forma difusa, a igualdade de todas as situações fáticas, desconsiderando o caso concreto e a individualidade dos cidadãos.

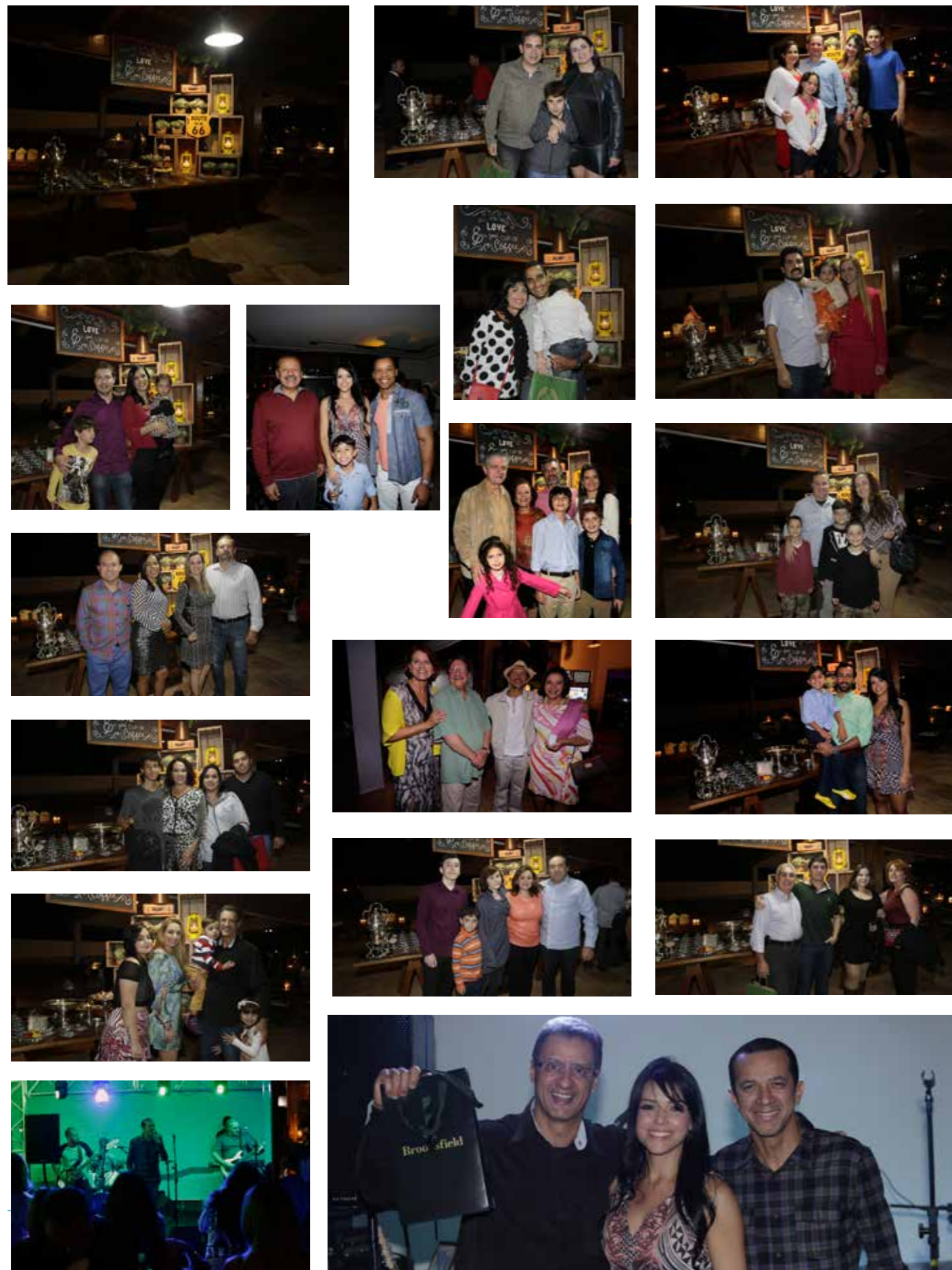
A necessidade de adaptar o Poder Judiciário às múltiplas demandas do mundo moderno, a premência de torná-lo mais eficiente, de definir suas reais funções, sua exata dimensão dentro do Estado Constitucional e Democrático de Direito, a incessante busca de um modelo de Judiciário que cumpra seus variados papéis de modo a atender às expectativas dos seus usuários, tudo isso tem contribuído para que a tão esperada reforma do Judiciário ganhe efetiva prioridade. Acredita-se que as experiências adquiridas com a implantação das inovações simplificadoras do processo nos Juizados Especiais poderão servir de embrião para avanços relativamente às demais questões submetidas ao Judiciário.

Os Juizados Especiais Estaduais e Federais representam uma das maiores contribuições da Justiça brasileira para a construção de uma sociedade mais justa, por contribuir sobremaneira para a concretização dos Direitos de cidadania. A atuação criativa dos juizes pode ser constatada mediante a diuturna e efetiva prestação jurisdicional nos Juizados, ao darem solução adequada a cada caso, revelando um compromisso inequívoco com o Direito e a Justiça.

Portanto, a experiência dos Juizados Especiais Federais, Estaduais e do Distrito Federal representa a Justiça cidadã do terceiro milênio, na qual depositamos a confiança e a esperança de que todos os brasileiros e estrangeiros residentes no nosso País possam ter um acesso cada vez mais amplo a um dos valores supremos da nossa sociedade – a Justiça – ainda que, para se alcançar esse ideal, haja muitos desafios a serem superados.

DIA DOS PAIS

O Dia dos Pais foi comemorado com estilo pela Associação dos Magistrados do DF. O evento, realizado no dia 15 de agosto, movimentou o Clube Social da Amagis-DF, com coordenação da Juíza Renata Crispim, Diretora Social e Cultural da entidade, e animação da Banda Solange, formada por magistrados.



FESTA AOS NOVOS JUÍZES

No dia 2 de outubro, a Amagis-DF promoveu sua tradicional festa de boas-vindas aos Novos Juizes. O evento reuniu juizes, familiares e amigos dos 33 magistrados empossados em setembro (capa desta edição). A bela festa aconteceu no Espaço Contemporâneo Park, no Park Way.



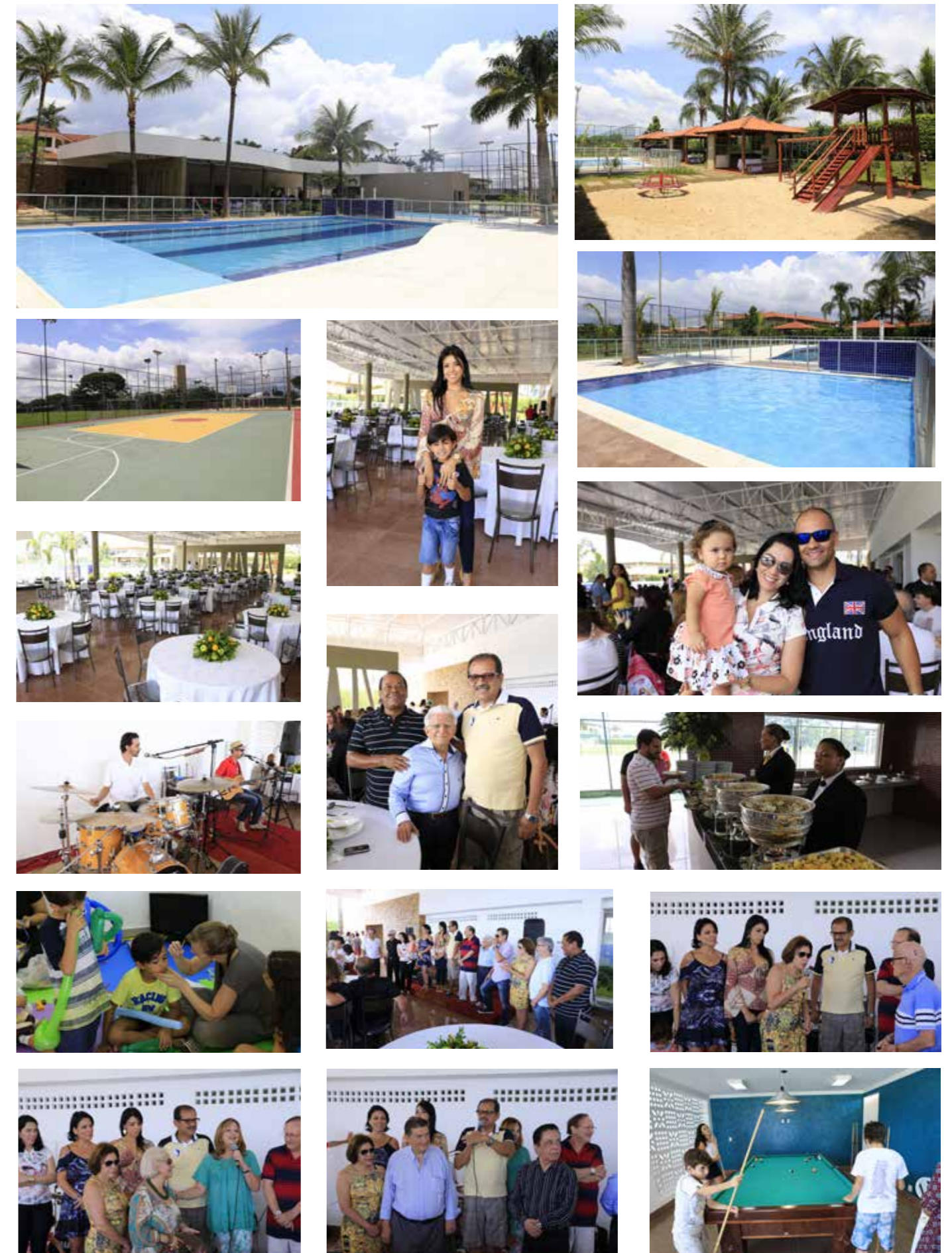
DIA DAS CRIANÇAS

A Amagis-DF comemorou o Dia das Crianças, no dia 18 de outubro, com direito a muitos doces e brincadeiras para a garotada. A festa desembarcou no Espaço Happy Birthday, localizado no Park Way.



INAUGURAÇÃO NOVA SEDE

No dia 21 de novembro, os associados da Amagis-DF comemoraram a reabertura da sede social da entidade. O local de lazer apresenta espaços reformados - churrasqueiras, piscinas, lanchonete, banheiros e parque infantil -, além de novidades, como sauna, piscina infantil, brinquedoteca e fraldário.



VANTAGENS EM SER ASSOCIADO



APAMAGIS

A APAMAGIS é a maior associação estadual de magistrados do Brasil, pois representa mais de três mil juízes e desembargadores de São Paulo. Trabalha para oferecer espaços de lazer dedicados aos magistrados e benefícios em produtos e serviços de lazer, cultura, esporte e turismo. Mais informações: 11 3292-2200.

Convênio: prevê a utilização por associados da Amagis-DF das três sedes de lazer da APAMAGIS, localizadas nos municípios de Guarujá, Campos do Jordão e Ibirá. O pedido de reserva deve ser feito por intermédio da Amagis-DF.



UNIP

A Universidade Paulista, UNIP, iniciou suas atividades em 1988. Foi constituída a partir do Instituto Unificado Paulista, IUP, do Instituto de Ensino de Engenharia Paulista, IEEP, e do Instituto de Odontologia Paulista, IOP. Especialista em cursos de graduação e pós-graduação. Mais informações: 61 2192-7080

Convênio: 10% de desconto no valor da mensalidade nos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e nos cursos de Graduação no ensino interativo. Já, no ensino presencial da graduação, o desconto é de 30%. O beneficiário deve participar do processo seletivo e apresentar documento que comprove o vínculo com a Amagis-DF.



JURUÁ

Fundada há 46 anos, a Juruá Editora dedicou-se inicialmente à produção da periódica Revista de Jurisprudência Brasileira, a qual atingiu todo o território nacional, tornando-se obrigatória em escritórios de advocacia e tribunais. A Juruá é hoje uma das editoras de maior destaque no ramo jurídico do Brasil. Televendas: 41 3352-1200

Convênio: Os associados Amagis-DF têm descontos de 30% nas aquisições de todos os livros publicados pela Juruá Editora. O beneficiário deve apresentar documento que comprove o vínculo com a Amagis-DF.

Como posso utilizar esses e outros convênios da Amagis-DF?
Basta solicitar junto à secretaria da Associação uma declaração que comprove o vínculo.

Veja lista completa de convênios oferecidos pela Amagis-DF em www.amagis.org.br

A Amagis-DF criou o
Espaço Associado
com webmail e fórum de acesso exclusivo
dos magistrados.

Seu email já está pronto para uso.
Informe-se com a secretaria.

Cadastre-se também no fórum e participe
das nossas principais discussões.



Realize seus sonhos, faça já a sua Poupança POUPEX!

Com orgulho,
a POUPEX patrocina o
Programa Cidadania
e Justiça na Escola



Baleia Leia
mascote da Poupança POUPEX

Mais informações:
0800 61 3040
www.poupeex.com.br

Poupança

POUPEX

O melhor caminho para o seu futuro